

## TRIGO\*

Paulo Schilling

### Introdução

O homem primitivo, quando lançou à terra a primeira semente foi movido, sem dúvida, pelo temor da fome. A escassez da caça e a insuficiência dos alimentos vegetais nativos, a incerteza do amanhã, o levaram ao trabalho agrícola. Fixou-se à Terra, escravizou-se a ela e aos elementos naturais que determinavam o êxito ou o malogro de suas plantações. O sol, a chuva e o vento passaram a ser forças divinas, incontroláveis em sua ação. Da necessidade de conjurar, de subordinar a ira das divindades às exigências climáticas da lavoura surgiu, provavelmente, a classe sacerdotal.

Hoje, em pleno século XX, apesar do espantoso progresso da técnica e da ciência, apesar da genética, dos métodos culturais modernos, das observações meteorológicas, do trator, do adubo e dos inseticidas (que substituíram os feiticeiros primitivos), ainda resta muito de imponderável, de incontrolável na prática da agricultura. A insegurança da atividade agrícola, os riscos imprevisíveis que encerra e a instabilidade dos preços dos produtos da terra são as causas que afastam os capitais dos investimentos agrícolas. Por isso, ainda hoje, no mundo todo, (somente os EUA e a URSS constituem exceções a essa regra) o grosso da produção agrícola é oriundo do trabalho braçal do pequeno agricultor e não das grandes plantações capitalistas. O pequeno produtor rudimentar, como seu ancestral, o selvagem, continua escravo da terra; produz porque não tem outra alternativa diante da fome, porém sempre de olho nas cidades, pronto a ganhar a estrada, em busca da atividade mais segura e menos áspera.

Daí o surpreendente desse "rush" do trigo no Rio Grande do Sul. Homens da cidade, de todas as categorias sociais, numa atitude até agora não devidamente interpretada, foram aos campos, atendendo, pelo menos ostensivamente, ao apelo de Getúlio Vargas — "Plantai Trigo". Qual a mola oculta que moveu os Bandeirantes do Trator rumo às coxilhas gaúchas, onde, terminados os "entreveros" sangrentos do passado, o Boi dominava, ruminando pacificamente?

Sede de lucros fáceis? A perspectiva do lucro teve, sem dúvida, seu papel; mas não foi essencial, pois as atividades mercantis, industriais e imobiliárias em nosso País apresentam altíssimas taxas de lucro e boa margem de segurança, incomparavelmente maiores do que as obtidas da triticultura, mesmo nos anos de colheita boa.

Crédito fácil? É inegável que a criação da CREA foi de fundamental importância para o desenvolvimento da Triticultura Nacional. Todavia, es-

\*SCHILLING, Paulo. Trigo. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959. 72p.

se crédito nada tem de fácil e abundante, pois cobre somente pouco mais da metade dos gastos com as culturas e é concedido por meio de um processamento burocrático moroso e enervante.

Patriotismo? O amor à Pátria teve seu lugar no conjunto de circunstâncias de que surgiu a Triticultura Nacional; esse sentimento e a formulação política que lhe é correspondente, só se tornaram importantes no decorrer do tempo, na luta contra o monopólio estrangeiro e contra o Acordo do Trigo Norte-Americano, dando origem ao extraordinário surto de nacionalismo que hoje empolga todo o Rio Grande do Sul.

Julgamos, porém, que a causa fundamental é mais remota, mais profunda. A vida urbana do Rio Grande é recente; poucas de nossas cidades remontam a mais de um século. Somos cidadãos de primeira ou segunda geração. Nossas origens estão nas coxilhas ou nos vales do Rio Grande. Daí concluirmos que talvez um estranho atavismo, um recondito amor à terra, seja a causa fundamental desse êxodo rumo aos campos, que caracteriza a triticultura mecanizada gaúcha.

O que podemos afirmar é que boa dose de espírito pioneiro, de aventura mesmo, é indispensável para arriscar-se em semelhante empreitada. Converter todas as suas economias em máquinas agrícolas, que dentro de cinco ou seis anos se transformarão em sucata; lançar à terra centenas de sacos de semente e dezenas de toneladas de adubos; passar depois seis meses sofrendo juntamente com as plantas a falta de frio ou as geadas tardias, as chuvas demasiadas ou as secas, os temporais ou o granizo, as pragas ou os fungos, até uma eventual colheita, que pode ser abundante, ou não produzir a quantidade de sementes lançadas à terra, como em milhares de casos no ano passado. Se a safra é farta, a alegria é enorme, porém o sofrimento continua, pois vem a luta pela colocação do produto, a luta contra os moinhos, os intermediários-papeleiros, contra o Governo que baixa a portaria somente três ou quatro meses após a colheita, contra a falta de transporte e de pagamento.

É preciso invocar a memória dos gaúchos do passado, daqueles centauros que estabeleceram a Fronteira Sul e lutaram pela liberdade envoltos em farrapos, a fim de criar a coragem necessária para plantar trigo, nas condições atuais, em nosso País.

O triticultor, em sua luta por dar pão brasileiro a nosso povo, torna-se tratorista, improvisa-se mecânico, estuda a técnica agrônômica, transforma-se em economista para poder discutir com os órgãos do Governo, torna-se agitador quando acordos danosos tentam liquidar o trigo nacional e até conferencista se torna, porque é necessário divulgar os problemas do trigo, ganhar novos aliados nessa batalha de emancipação econômica.

É por isso que aqui estamos, falando com certo embaraço, ao mais seletto, mais culto e mais progressista auditório do País.

# 1 – O Trigo e o Latifúndio no Rio Grande do Sul

## Origens do latifúndio

O Rio Grande do Sul, por sua posição geográfica afastada da Metrôpole, e por ter constituído, até o século XVIII, verdadeira "terra de ninguém", entre os domínios de Castela e Portugal, apresenta, em sua formação econômica, características muito diferentes das comuns ao resto do País. Além do atraso de mais de um século em relação às capitânicas do Norte, onde, já no século XVII, o açúcar representava atividade mercantil bem caracterizada, o Rio Grande teve uma formação econômica de tipo inferior — a pastoril — pois no Norte predominava a agricultura ao lado de uma indústria de beneficiamento bastante especializada para a época. Enquanto Pernambuco e as outras capitânicas açucareiras produziam, em bases quase monopolistas, um produto destinado aos ricos mercados consumidores do Velho Mundo, o Rio Grande, nos meados do século XVIII, iniciava sua atividade mercantil como fornecedor de carne auto-transportada para os pobres mercados internos.

Outra característica do Brasil Colônia, a escravidão, pouco significado teve no Rio Grande. Somente em 1780, quando da instalação das primeiras charqueadas para industrialização da carne, teve o Rio Grande necessidade, em maior escala, do braço africano. As próprias características da produção pastoril, a baixa densidade de mão-de-obra que exige, sua fraca composição econômica, determinaram o escasso emprego de trabalho escravo em nosso Estado. O tipo de trabalho em que era empregado, o pastoreio, também determinou fossem as condições do trabalho escravo muito menos duras que nas lavouras, nos engenhos e nas minas do resto do País.

Depois de analisar todos esses fatores de diversificação, veremos que, ao menos num ponto — a grande propriedade territorial —, o Rio Grande está enquadrado na estrutura fundamental da economia brasileira. As sesmarias são comuns a todas as regiões do País. No Rio Grande do Sul, em consequência da fraca densidade humana e do tipo de exploração econômica, a grande propriedade rural cresceu desmedidamente, tendo havido estâncias de 100 léguas de sesmaria, ou 435.000 hectares. A posse da terra efetivou-se, no Rio Grande, somente muito tarde. Antecipando Marx, os Correia de Sá, que, em 1676, receberam em doação o atual território do Estado sulino, concluíram que a terra, por si mesma, não tinha valor algum, e por isso não vieram tomar posse do legado que El-Rei tão generosamente lhes destinara.

A pecuária, primeira atividade econômica do Continente de São Pedro, apresenta características originais. O gado bovino, introduzido pelos jesuítas, altamente prolífico, não teve, a princípio, finalidade econômica, pois era utilizado somente no "auto-abastecimento" dos Sete Povos das Missões. Como assinala o Padre Carlos Teschauer, a carne formava a base da alimentação dos povos das missões, consumindo-se doze a quatorze peças, cada dia, num povo. O gado bovino passou a ser "mercadoria" somente em 1728, quando da abertura do Caminho dos Conventos. Os paulistas e lagunenses "desceram" em busca do gado selvagem que vivia a esmo pelo pampa. Limitavam-se a "prear" o gado, conduzindo-o depois em grandes tropas para os mercados consumidores do centro do País. Não interessava àqueles desbravadores a posse da terra. A terra continuava a não ter valor. Da necessidade de estabelecer áreas de pastagens ao longo dos caminhos, pois o gado não poderia suportar o longo percurso sem "inver-

nar", deve ter surgido a posse efetiva da terra. Era uma posse de fato, não garantida por nenhum título de legitimidade, numa terra sem dono, nem rei. A consolidação da propriedade teve início em 1732, quando foram concedidas as primeiras sesmarias. A sesmaria representava uma área de uma légua de frente por três de fundo, ou sejam, 13.068 hectares. Com a sesmaria, — concessão governamental de posse da terra — nascem a estância e o latifúndio, que iriam marcar a história econômica do Rio Grande até nossos dias.

## Trigo e pequena propriedade

Numa tentativa que redime as autoridades portuguesas de muitos erros, tivemos, já em 1749, a chegada dos primeiros casais açorianos, aos quais foram destinadas "datas de terra", com a área de 272ha cada uma. Abase econômica do latifúndio tinha sido e continua a ser a pecuária. O fundamento da pequena propriedade só poderia ser a agricultura. Os açorianos trouxeram em sua bagagem a semente nobre, velha como a humanidade, base da civilização — o Trigo.

Daí por diante, até 1820, todo viajante que percorre o Rio Grande faz menção ao trigo. As plantações do Porto dos Casais e do Rio Grande, em pouco tempo, bastavam não somente ao consumo local, mas passaram a pesar na balança econômica da província. Apesar de ocupar área insignificante em relação à pecuária, o trigo contribuiu, em 1816, com uma exportação de 363.070\$000, contra 849.547\$550, valor da exportação de todos os produtos da pecuária, representando quase um terço da exportação total.

Mas, aquilo que foi um passo decisivo na emancipação do Brasil, a abertura dos portos, em 1808, representou a liquidação da lavoura de trigo gaúcha. Demos a palavra a Milliet de Saint Adolphe, autor do "Dicionário Geográfico do Império do Brasil", editado em 1845: — "Cultivavam-se em outro tempo neste distrito os cereais, mas o transporte da Europa e do Chile, quando os portos do Brasil se abriram ao comércio, e a grande abundância de farinha que os norte-americanos ali introduziram em 1820, foram causa de deixarem os moradores semelhante lavra." Na história do imperialismo moderno essa manobra deve constar como uma das primeiras tentativas bem sucedidas de *dumping*. O trigo era a base econômica das pequenas propriedades açorianas; sua liquidação resultou na extinção das mesmas, absorvidas que foram pelo latifúndio. Os ilhéus, pioneiros da agricultura gaúcha, passaram a peões de fazenda, ou se instalaram nas vilas nascentes, constituindo o artesanato e a pequena burguesia mercantil e funcional dessas vilas. Malograda a primeira tentativa de estabelecer a pequena propriedade, o latifúndio predominou por mais um século. No século XIX, as colonizações europeias, em especial a alemã e a italiana, melhor planejadas, contando em seu favor uma série de fatores sociais, econômicos e mesmo geográficos, conseguiram firmar-se em parte do território gaúcho. Com a pequena propriedade, ressurgiu a agricultura. O trigo, principalmente nas colônias italianas, tornou a doirar a paisagem rio-grandense.

## A "colônia" e a "fronteira"

Em meados do século XX, o Rio Grande apresenta uma característica interessante — a coexistência da pequena, média e grande propriedade na maioria dos municípios gaúchos. Duas regiões fisiográficas, entretanto,

a Fronteira e a Colônia, desenvolveram-se em sentidos antagônicos, sendo hoje apontadas, acertadamente, como representantes do latifúndio e da pequena propriedade. A Fronteira caracteriza-se pelas grandes propriedades rurais, tendo como atividade econômica a pecuária extensiva e rudimentar. A Colônia, pela pequena propriedade e pela exploração agrícola intensiva, sendo os métodos também rudimentares; apesar disso, os números que alinharemos a seguir constituem um libelo contra o latifúndio. Os dados estatísticos são dos anos 1951 e 1952 (propositadamente tomamos dados não recentes, pois a partir daqueles anos, "algo de novo" começou a modificar a situação na zona fronteira), e estabelecem um confronto entre as duas regiões típicas. A Fronteira, cuja área representa 31,70% da área do Estado, apresentava somente 11,87% da população estadual; a Colônia, com apenas 8,86% da área, abrigava 21,17% da população gaúcha.

Na Fronteira, as propriedades com mais de 50ha representavam 76,39% da área total; na Colônia, essa percentagem era de somente 4,85%. O índice vital na região era de 225,6, contra 441,1 na Colônia, sendo, portanto, o crescimento populacional duas vezes maior. Apesar de ser a criação de gado bovino atividade absolutamente secundária para o colono, o valor dos rebanhos bovinos existentes por km<sup>2</sup> na zona colonial era de Cr\$ 38.010,00, contra Cr\$ 55.550,00 na região fronteira. Em contrapartida, o valor da produção agrícola na Colônia era de Cr\$ 80.456,00 p/km<sup>2</sup>, para Cr\$ 5.757,00 na zona da fronteira. Apesar da população urbana da zona colonial ser de somente 18,5% do total da região; existiam 5.936 estabelecimentos industriais, ocupando 43.181 operários, com uma produção de Cr\$ 3.972.590.803,00; na Fronteira, onde a percentagem da população citadina alcançava 43,7%, o número de estabelecimentos fabris era de somente 554, com 5.596 operários e uma produção de Cr\$ 932.803.229,00. Em razão desse subdesenvolvimento econômico, a Fronteira arrecadava para os cofres públicos Cr\$ 4.029,50 por km<sup>2</sup>, enquanto a Colônia recolhia Cr\$ 31.455,50. Essa a situação do Rio Grande no início da década de 50; de um lado, relativa prosperidade; de outro, desolador pauperismo.

## O latifúndio, o êxodo dos campos e os marginais

O pastoreio errante, característica do início da pecuária gaúcha, as guerras de fronteira e as revoluções, obrigavam o fazendeiro a manter um número relativamente grande de dependentes, "dobles" de peões e guerreiros. Foi o ciclo do clã rural do tropeiro-soldado, do "estancieiro-chefe militar", no dizer de Valter Spalding; esse ciclo estava no fim.

A classe dos peões de fazenda, desaparecida sua finalidade militar, tende a extinguir-se, pois, como observou Ciro Martins, "se não existe gado xucro, nem campo aberto, as tropas viajam de trem, meia dúzia de mensuais cuidam de uma estância de três lguas". Enxotados do campo, os peões de fazenda e os pequenos agricultores despojados da terra, iniciam um êxodo trágico. É a repetição do drama dos sem-terra nos EUA magistralmente descrito por Steinbeck em "Vinhas da Ira". Muda somente a cor local — aqui a corrida é atrás de trabalho nas lavouras de arroz, na época da colheita, ou nas charqueadas e frigoríficos, na safra da carne, culminando em precária acomodação nos subúrbios das grandes cidades. Ante a fome, o roubo e a prostituição são as "soluções" mais fre-

quentes. Nas cidades o drama é diário. A ficção torna-se supérflua na literatura gaúcha, basta descrever a realidade, como o faz J. P. Santos, então Prefeito de Pinheiro Machado:

"Um pai de família, resto daquele povo orgulhoso e valente que tanto impressionara Saint-Hilaire, tendo roubado uma ovelha para matar a fome da família numerosa, apresenta-se no dia seguinte ao Juiz de Direito, dizendo: "Dr., trago aqui minha família. Roubei um borrego para matar-lhe a fome. Estamos aqui para cumprir o que o Senhor determinar."

"Em compensação", nos campos "não se avistava um vulto de campeiro, não se ouvia um latido de cachorro numa porta de toca, não tremulava um pala domingueiro, não chiava uma carreta, os arados não rompiam a terra. Mas que engorde dava aquela invernada. Que paz naqueles campos". (Ciro Martins)

A evolução da indústria gaúcha, em ritmo muito mais lento do que a paulista, não conseguia absorver a mão-de-obra tornada excedente no campo. Estava criado o problema do "marginalismo", tão bem estudado por Alberto Pasqualini. Verdadeira legião de "lumpenproletariat" de bombachas veio acampar ao redor das cidades rio-grandenses.

## A economia do Rio Grande do Sul em uma passagem de nível

Os estudiosos da época analisam a crise que enfrenta a economia tradicional do Rio Grande. "É indubitável, pois, que a economia pecuária gaúcha esgotou sua capacidade de ganhar novos impulsos, uma nova ordem de trabalho está sendo exigida no sentido de criar atividades novas...", escreve Limeira Tejo.

A velha infra-estrutura, tendo como bases o latifúndio, a exploração pastoril extensiva e rudimentar, as relações feudais de produção, estava gasta e condenada, embora ainda se mantivesse. Isso nos é revelado pelo quadro seguinte, no qual foi feito um estudo comparativo entre os censos de 1940 e 1950, no que se refere à propriedade rural no Rio Grande.

Distribuição da terra no Estado do Rio Grande do Sul

Número e área dos estabelecimentos rurais, evolução entre os censos de 1940 e 1950

Área total do Estado — 267.455km<sup>2</sup>, ou 26.745,500ha

GRUPOS DE ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTOS			ÁREA			
	1940	1950	(+ ou -)	1940	1950	(+ ou -)	%
Menos de 10ha	37.457	47.724	+ 10.267	209.976	266.340	+ 56.364	+ 27%
De 10/20 .....	52.866	78.043	+ 25.177	735.261	1.084.998	+ 349.737	+ 47,5%
De 20/50 .....	87.588	105.729	+ 18.141	2.607.377	3.105.507	+ 498.130	+ 19%
De 50/100 .....	25.966	27.502	+ 1.536	1.734.217	1.842.609	+ 108.392	+ 6%
De 100/200 .....	11.119	11.599	+ 480	1.543.561	1.599.669	+ 56.108	+ 4%
De 200/500 .....	8.332	8.661	+ 329	2.607.681	2.694.008	+ 86.327	+ 3,5%
De 500/1.000 .....	3.864	3.887	+ 23	2.694.143	2.709.793	+ 15.650	+ 0,5%
De 1.000/5.000 .....	3.253	3.288	+ 35	6.223.563	6.384.136	+ 160.573	+ 2,5%
De 5.000/10.000 .....	226	247	+ 21	1.491.642	1.608.593	+ 116.951	+ 8%
De mais de 10.000	41	51	+ 10	594.394	773.722	+ 179.328	+ 30%

Da análise do quadro, podemos tirar as seguintes conclusões:

- 1.<sup>a</sup>) - No período de dez anos, entre os dois censos, registrou-se ocupação mais efetiva da terra no Rio Grande, aumentando a área das propriedades rurais em 1.627.560ha, ou seja, um aumento de 8%.

A área total das propriedades rurais, 22.069.375, representa 82,53% do território do Estado, sobrando 4.676.125ha de áreas urbanas, próprios do Estado e terras devolutas. Não temos elementos para calcular a quanto se eleva o total das terras devolutas. Como termo de comparação, damos a área das propriedades rurais em todo o País: 232.211.106ha, ou seja, 27,28% do território.

- 2.<sup>a</sup>) - Registrou-se um aumento de 56.011 estabelecimentos, sendo 53.585 de menos de 50ha. Esse aumento do número de pequenas propriedades não foi conseguido, no entanto, à custa do latifúndio, mas como decorrência da incorporação de terras devolutas.
- 3.<sup>a</sup>) - Em 1940, a distribuição de área entre os diversos tipos de propriedade, grandes (mais de 500ha), médias (de 50 a 500 ha) e pequenas (até 50 ha), apresentava os seguintes índices: 53,7% - 29% - 17,3%. Em 1950, a proporção era: 52% - 27,8% - 20,2%. Houve, assim, leve melhoria global para o grupo das pequenas propriedades.
- 4.<sup>a</sup>) - Verificando, porém, a área média das pequenas propriedades, vemos ter havido uma diminuição de 20 para 19,3ha; a área dos estabelecimentos médios também baixou de 130 para 128ha, enquanto a das grandes fazendas aumentou de 1.490ha para 1.536. Isso demonstra, evidentemente, que, apesar da crise que atinge a pecuária, o latifúndio ainda se mantém.
- 5.<sup>a</sup>) - O aumento das propriedades com mais de 10.000ha, de 41 em 1940, para 51 em 1950, com um aumento de área de 30%, passando a área média de 14.500ha para 15.150, constitui outra prova nesse sentido.

Essa a situação do campo gaúcho em 1950. Nova ordem de trabalho estava sendo exigida no sentido de criar atividades novas.

## Penetração capitalista no campo

O arroz, com sua cultura em grande escala, iniciou no Rio Grande o tipo de exploração agrícola denominada pelos norte-americanos "plantations". Foi o início da penetração capitalista no campo rio-grandense. Pela primeira vez, foram empregados grandes capitais, assalariados em grande escala, máquinas agrícolas e modernos métodos de cultivo. Processou-se um verdadeiro "rush", rumo ao campo, pois, como iria verificar-se com o trigo, os lavoureiros de arroz, em sua grande maioria, não eram agricultores tradicionais, mas cidadãos de todas as profissões. Os rizicultores também foram chamados "aventureiros", como mais tarde os triticultores. É verdade que a campanha contra os lavoureiros do arroz não teve a mesma repercussão que a movida contra os triticultores, pois não tinha por detrás nenhum monopólio internacional a alimentá-la, visando destruir a nascente cultura. Com um capital aplicado em maquinaria agrí-

cola, veículos, instalações etc., de cerca de Cr\$ 3.000.000.000,00, com uma área plantada de 290.600ha, uma produção de 786.200t com o valor de Cr\$ 3.061.462,00 (safra 1956), o arroz pesa, hoje, decisivamente, na balança econômica do Rio Grande, figurando em terceiro lugar na produção agrícola do Estado, superado, em valor da produção, pelo trigo e pelo milho. Infelizmente, com a perda de mercados externos, consequência da má política cambial do Governo da União, a lavoura de arroz, depois de um aumento rápido (118.000ha em 1941 para 290.600ha em 1956), atingiu um ponto de saturação, sendo seguida, no momento, uma política de limitação de área. Como decorrência natural da transição de fase que atravessa a economia rural do Rio Grande, de semifeudal para capitalista, a grande maioria dos arrendamentos das terras de arroz (75% da área é arrendada) é paga em espécie — a renda-produto. As altas percentagens pagas, de 20 a 40% da produção bruta, são responsáveis pelo alto custo de produção do arroz, representando verdadeiro saque ao consumidor, que é, em última análise, quem paga a renda territorial aos latifundiários.

## A lavoura capitalista do trigo

Depois da liquidação de 1820, o trigo ressurgiu no Rio Grande, no último quartel do século passado. Os imigrantes italianos, habituados a uma dieta quase exclusiva de massas, feitas de farinha de trigo, reiniciaram o seu cultivo. Esta produção, no entanto, sem sementes adaptadas às nossas condições ecológicas, sem maiores conhecimentos técnicos, enfrentando a topografia montanhosa da região, não poderia desenvolver-se em grande escala. Foi, essencialmente, uma cultura de auto-abastecimento das zonas rurais produtoras, só possível graças ao espírito de sacrifício e à tenacidade dos bravos peninsulares.

Getúlio Vargas, com seu descortino de grande estadista, lançou, quando Governador do Rio Grande, as bases para uma lavoura técnica e racional do trigo.

As estações fitotécnicas experimentais criadas no Rio Grande do Sul, depois de anos de luta abnegada e anônima dos técnicos brasileiros, proporcionaram as variedades novas, próprias ao nosso meio, resistentes às pragas, que darão ao Brasil a auto-suficiência de pão. A produção de trigo do Estado, praticamente estacionária, 140.000 toneladas em 1922 e 162.488, em 1946, subiu, nos últimos dez anos, em ritmo acelerado, atingindo 992.230t em 1956 (tal cifra representa a produção total, inclusive a retenção para semente, cerca de 10%, e o consumo local das zonas produtoras, onde existem dezenas de pequenos moinhos não controlados pelo SET).

Como explicar essa progressão tão rápida, inédita no Brasil, talvez no mundo? Como foi possível sextuplicar, em apenas dez anos, a produção de trigo, enfrentando condições de todo adversas, quer no terreno agrônomo quer no econômico?

Homens de espírito pioneiro, mais capital e créditos, mais a ciência agrônoma, mais dezenas de milhares de máquinas agrícolas, mais a capacidade do nosso campesino — ontem peão de fazenda, hoje tratorista e mecânico — fizeram esse prodígio. Continuando a transformação iniciada pelo arroz, o trigo revoluciona hoje o campo gaúcho. A penetração capitalista no campo é uma realidade vitoriosa. O capital aplicado na la-

voura de trigo, entre máquinas, instalações, lavouras feitas com recursos próprios (sem financiamento), terras próprias etc., deve andar pela cifra de 10 bilhões de cruzeiros. O parque de máquinas agrícolas, tratores e ceifatrilha automotrizes, é de cerca de 10.000 unidades. O número de plantadores, segundo o censo realizado pelo Ministério da Agricultura, em 1957, era de 131.000, 95% dos quais pequenos produtores. O número de assalariados na lavoura mecanizada atinge também algumas dezenas de milhares. A produção obtida na safra de 1956, numa área de 1.079.567ha, alcançou um valor de Cr\$ 6.445.527.000,00, mais de um terço da produção agrícola do Estado.

Façamos uma comparação entre duas atividades econômicas: a pecuária extensiva e rudimentar praticada no Rio Grande, ocupando uma área de m/m 17.000.000 de ha, produziu, em 1956, uma renda bruta de cerca de Cr\$ ... 7.500.000.000,00, ou seja, Cr\$ 441,00 por ha; o trigo, apesar de estar muito longe de nível técnico satisfatório, apresentou uma produção de Cr\$ 5.973,00 p/ha, ou seja, 13,5 vezes mais do que a pecuária. Isso, sem considerarmos que o grosso da produção de trigo foi obtido na região serrana, nos piores campos do Estado, e que o maior volume da produção pastoril procede dos campos da fronteira, os melhores que existem.

## Fim do latifúndio

As empresas capitalistas de arroz e trigo, assim como outras que surgem paralelas, modificam completamente a infra-estrutura econômica no campo gaúcho. A grande valorização dos campos, decorrência dos altos arrendamentos pagos pela lavoura de trigo, se prejudica o desenvolvimento dessa cultura, condena irremediavelmente a pecuária extensiva e rudimentar, base econômica do latifúndio. Vimos que a renda bruta da pecuária, em 1956 (e atualmente não é superior), foi de Cr\$ 441,00 por hectare, ficando a renda líquida reduzida m/m à metade; ora, o arrendamento médio, pago, atualmente, pelos triticultores é de Cr\$ 600,00 p/ha, representando, praticamente, renda líquida, pois o proprietário não faz despesa alguma para auferi-la. Outro argumento em favor dessa tese: de 1950 para cá, a terra sofreu uma valorização média de quase 1.000% nos municípios de campanha; o preço do boi, nesse período, subiu cerca de 300%; é lógico, se em 1950 a pecuária estava em crise, a situação tornou-se insustentável, pois o "capital" aplicado aumentou numa proporção três vezes maior que a renda bruta auferida; a despesa, principalmente a mão-de-obra (em consequência dos altos salários pagos pelas lavouras capitalistas) subiu também em escala muito maior que o preço do gado.

O grande proprietário de terras está ante um dilema, já que a pecuária, tal como a explora, tornou-se antieconômica. Pode adotar os novos métodos e a técnica de exploração capitalistas, praticando agricultura mecanizada ou fazendo pastagens artificiais; estará assim transformado seu feudo em uma empresa capitalista. A outra solução é arrendar sua propriedade a uma ou várias empresas capitalistas, criando assim condições para sua expropriação, pois, o capitalismo em marcha no campo, à medida que se consolida, irá exigir dos governos futuros, já então representantes de seus interesses e não mais dos latifundiários, a adoção da reforma agrária.

De qualquer maneira, o latifúndio será extinto. Teremos, nos próximos dez anos, o reverso do ocorrido em 1820, quando as pequenas propriedades agrícolas foram absorvidas pelo latifúndio pastoril.

Sem medo de errar, podemos afirmar que o censo de 1960, ao contrário do de 1950, já mostrará uma diminuição no número e na área dos grandes estabelecimentos, assim como grande aumento no número das propriedades pequenas e médias, confirmando a tese que defendemos.

## Aspectos sociais e políticos da triticultura

Os pequenos e médios proprietários das zonas de campanha, que lenta porém inexoravelmente vinham sendo expulsos pelo latifúndio, tiveram, graças à triticultura, sua posição consolidada. Um pequeno produtor proprietário, fazendo uma lavoura de 10ha de trigo, ao lado de outras pequenas lavouras de subsistência, tem hoje assegurado um nível de vida superior ao do operário das cidades.

Os peões de fazenda, cujo trabalho se tornou excedente nas estâncias, e que vinham engrossar as populações marginais ao redor das grandes cidades, encontram serviço nas lavouras mecanizadas de trigo. Com isso, nas zonas de trigo, foi contido o êxodo dos campos. Em alguns municípios, como Cruz Alta, o êxodo se processou em sentido contrário. Cerca de 2.000 famílias de marginais, que, em 1950, vegetavam na periferia daquela cidade, voltaram ao campo, trabalhando atualmente nas 600 lavouras mecanizadas do município, em condições, se não ideais, muitas vezes melhores do que as antigas. Surge assim o proletariado no campo gaúcho.

"As nossas populações tributárias do gado", no dizer de Moisés Veli-nho, despertaram e marcham para um futuro melhor. O que mais impressiona, no entanto, e que só pode ser aquilatado *in loco*, pela observação pessoal, é a transformação do homem. É impossível reconhecer no tratante de hoje o peão de fazenda de um ano atrás. A capacidade de adaptação de nosso camponês aos modernos métodos da técnica é admirável, constituindo eloqüente desmentido aos que pregam a incapacidade do homem brasileiro. O surgimento de novas classes (a capitalista progressista e o proletariado-rural), a consolidação econômica e a politização dos pequenos produtores, a organização dos camponeses sem terra pelas Associações e Cooperativas Tritícolas, o próprio malogro da economia latifundiária, além da alta incontida dos arrendamentos, são condições novas na luta pela Reforma Agrária.

O coronelismo, característica fundamental da superestrutura política do interior brasileiro, está desaparecendo no Rio Grande. A vitória do PTB nas eleições de 3 de outubro do ano passado reflete essa tendência. Os partidos que, no Rio Grande, representam os interesses do latifúndio, sofreram fragorosa derrota.

## 2 – O Acordo do Trigo Norte-Americano

### Tentativa de liquidação da triticultura nacional

Desde que Manuel Corrêa Soares (hoje identificado com a causa do trigo nacional), inadvertidamente, lançou sobre os triticultores mecanizados o epíteto de "poetas rurais", verdadeira onda de desmoralização foi tentada contra os produtores gaúchos de trigo.

Certos setores da administração e da imprensa, notoriamente ligados a interesses alienígenas, fizeram coro na campanha contra o trigo brasileiro. O Embaixador Chateaubriand, em Erechim, na presença do Presidente da República, teve a coragem de nos dar o surpreendente conselho "*plantar capim, importando trigo e francesas, essas de contrapeso*". Outro embaixador, Amaral Peixoto, pronunciou-se no mesmo sentido: "*O Brasil não deverá procurar ser auto-suficiente em trigo ... trata-se de um absurdo que ninguém mais defende hoje ...*". O próprio Ministério da Agricultura foi envolvido na campanha, tomando, em certo momento, posição contrária ao trigo nacional. Em relatório daquele Ministério, ao Presidente da República, lemos o seguinte: "*É claro que o desenvolvimento da produção nacional de trigo estará sempre condicionado à importação de trigo estrangeiro*". Certos jornais publicaram em manchete esses pronunciamentos, numa suposta defesa dos consumidores. O trigo nacional era apresentado como "o mais caro do mundo", ocultando-se o fato de ser o trigo estrangeiro subvencionado na origem pelos governos dos países exportadores, e importado com dólar artificialmente baixo. Os triticultores eram classificados de aventureiros gananciosos, à procura de lucros fáceis. Toda essa campanha veio culminar no Acordo do Trigo Norte-Americano, pelo qual o Brasil se comprometia a comprar nada menos de 1.800.000 toneladas de trigo norte-americano. Executado esse acordo, mantidos na íntegra os contratos vigentes com a Argentina e o Uruguai, o trigo nacional, já na safra 1957/1958, tornar-se-ia excedente. Lançando mão, mais uma vez, dos "excedentes agrícolas" norte-americanos, pretendeu-se destruir a nascente triticultura brasileira, e, ao mesmo tempo, expulsar a Argentina e o Uruguai de um mercado tradicional. Fugindo à regra dos *dumpings*, a mercadoria negociada não o foi a preço vil, nem de qualidade superior.

Ao contrário, o trigo norte-americano importado até agora, nos termos do Acordo, nos custou, em cruzeiros, 40% mais do que o platino; quanto à qualidade, não há comparação, quer com o produto nacional, quer com o argentino e uruguaio, pois o trigo norte-americano que temos recebido da safra 1952, é de má qualidade, e, portanto, de baixo teor de panificação. O deputado gaúcho Hélio Carlomagno, em visita aos Estados Unidos, teve oportunidade de ver esse trigo "depositado" ao ar livre, em imensas pirâmides, deteriorando-se paulatinamente, de fora para dentro. Procurou-se justificar o Acordo com o argumento não do preço, mas do prazo do pagamento e a possibilidade de resgate, em cruzeiros. Outra "vantagem", devidamente encarecida pelos defensores do Acordo, foi o pagamento em cruzeiros. A transação não por acaso se fez em cruzeiros, pela primeira vez nas relações econômicas do Brasil com os Estados Unidos. No sul de nosso País surgiu uma nova força econômica, decidida a libertar-nos da dependência do trigo estrangeiro. O capitalismo, revolucionando o campo gaúcho, modificando completamente os métodos e as re-

lações de produção, estava lançando as bases de uma agricultura racional e científica, absolutamente inadequada a países subdesenvolvidos ...

Conseguida a auto-suficiência, estaríamos, em poucos anos, concorrendo no mercado internacional. Como o grande argumento dos triticultores junto ao Governo Central era a economia de dólares resultante da produção nacional (US\$ 80.000.000 em 1956, US\$ 200.000.000 quando se alcançasse a auto-suficiência), foi decidida a venda em cruzeiros. Note-se, pela primeira vez na história de nossas relações comerciais, e unicamente para a compra de trigo e outros produtos agrícolas nacionais. Para sondas destinadas à Petrobras, máquinas para nossa indústria etc., o pagamento continuou sendo em dólares e à vista. Quando os triticultores, no início de 1958, em plena campanha contra o Acordo, conseguiram trazer os Governadores dos três Estados sulinos ao Rio, numa reunião com o Presidente da República, Ministros da Fazenda e Agricultura e Presidente do Banco do Brasil, ficou bem claro o desinteresse pela expansão da triticultura nacional principalmente porque o nosso trigo perdera sua grande finalidade — a economia de dólares.

Destruído o principal argumento em favor do trigo nacional, não seriam considerações de outra ordem que poderiam garantir a sua sobrevivência. Acresce que certos setores do Governo Federal não estavam dispostos a abrir mão daqueles cruzeiros. Sim, porque 85% do valor em cruzeiros do trigo norte-americano importado seriam emprestados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (os restantes 15% são entregues à Embaixada Norte-Americana), pelo prazo de 3 a 40 anos. O acordo *estipula "aprovação prévia, pelo Governo norte-americano, para os financiamentos a serem feitos pelo BNDE"*, determinando ainda que *"uma parcela fixa do total dos empréstimos fosse destinada para financiamentos a empresas privadas de qualquer nacionalidade"* (essas condições são textuais e constam de um relatório do Ministro Macedo Soares ao Presidente da República, datado de 26/11/56). Sabia-se, de antemão, que a grande beneficiária seria a Bond & Share, pois os empréstimos seriam destinados principalmente à construção dashidrelétricas de Furnas e Três Marias (a cargo da empresa monopolista norte-americana), e, uma pequena parte, ao trecho ferroviário Passo Fundo-Caí (parte do Tronco Principal Sul), no Rio Grande do Sul, chamada, talvez por ironia, "Estrada do Trigo". Interpretemos: o Governo norte-americano vende ao Governo brasileiro, por intermédio de um banco nacional (de Desenvolvimento Econômico), certa quantidade de trigo excedente; parte do dinheiro apurado com a venda do trigo aos moinhos nacionais (85%) é emprestada, pelo mesmo Banco ao truste norte-americano de eletricidade, sob a garantia (aval) do Governo brasileiro. Nos dois extremos da operação temos: o Governo norte-americano e uma firma norte-americana; o BNDE e o Governo brasileiro são simples intermediários da operação, como o encargo de vender o "excedente", assegurar o seu pagamento e, o que é essencial, garantir a recomposição da relação cruzeiros-dólares. Sim, porque *"dado o risco da variação da equivalência cruzeiro-dólar ao longo de 40 anos"*, foi necessário *"garantir a recomposição da relação cruzeiro-dólar aplicável à transação original"* (relatório citado). A conversão inicial das primeiras partidas recebidas, há mais ou menos um ano e meio, foi, portanto, de Cr\$ ... 67,00 p/dólar; no relatório não consta qual o dólar a ser considerado para a recomposição da relação cruzeiro-dólar, se o dólar-custo (aplicado na importação do trigo, fertilizantes e combustíveis, que dobrou de valor nesse período), o dólar-fiscal ou o livre. Em qualquer dos casos, houve considerável desvalorização do cruzeiro, que já estará onerando, nesta altura, de maneira sensível, o custo original do trigo.

Que ocorrerá daqui a dois anos, sem cogitar dos últimos pagamentos, por volta de 1996? A cláusula da recomposição da relação cruzeiro-dólar anula, assim, por completo, a vantagem da compra a prazo. Nossos descendentes terão de pagar cinco ou dez vezes o preço do trigo que nós, seus avós, comemos hoje.

Vejamos, ainda, a concessão do pagamento em cruzeiros. Por ocasião do recebimento do trigo, são entregues em cruzeiros, à Embaixada norte-americana, 15% do valor, para suas despesas de custeio. Normalmente, para fazer frente a essas despesas, a Embaixada recebe dólares, que aqui converte em cruzeiros. Com o Acordo, deixarão de entrar esses dólares, anulando, pelo menos no referente aos 15%, a vantagem da economia de dólares na importação do trigo. Restam os 85%. Que farão os norte-americanos com os cruzeiros que irão receber ao longo dos 40 anos? Levam esses cruzeiros para os EUA, ou os converterão em dólares, remetendo-os para o exterior? É evidente. Poderão ainda utilizar esses cruzeiros para compras de produtos brasileiros pelo subfaturamento, de ações de firmas nacionais ou de terras no Amazonas, ou ainda gastá-los em turismo aqui no Brasil, economizando os dólares normalmente usados nessas operações. A grande vantagem fica reduzida a um melancólico empate. Economizamos os dólares, pagando-os em cruzeiros, no primeiro tempo; no segundo tempo, eles economizam os dólares, devolvendo nossos cruzeiros.

Analisemos outros aspectos do Acordo, em que se esmeraram os economistas do "Commodity Credit Corporation", especialistas na arte de comerciar com países subdesenvolvidos. Como as referidas hidrelétricas são de fundamental importância para o desenvolvimento dos Estados do centro-nordeste, contavam os autores do Acordo com o apoio dessas unidades federativas, o que poderia ocasionar uma luta interna prejudicial à unidade do País.

Tal luta felizmente não ocorreu; os triticultores, em sua campanha contra o Acordo, receberam a solidariedade de todos os pontos do País.

Outra artimanha do Acordo: existe um trecho do Tronco Principal Sul, o de Passo Fundo-Caí, de fundamental importância para a economia de cerca de 50 municípios gaúchos, por onde deverá escoar-se mais da metade da produção rio-grandense, des congestionando nosso precário sistema ferroviário; a construção desse trecho se arrasta, no ritmo de 1 km ao ano, há 20 anos; visando conseguir o apoio dos triticultores da região de Passo Fundo, quebrando assim a unidade da própria classe tritícola, foi destinada, pelo Acordo, uma verba vultosa para aquela estrada.

Subestimaram os técnicos do Acordo o patriotismo e discernimento dos agricultores da região. Verificaram estes que, liquidado o trigo pelo Acordo, de pouco lhes adiantaria a "Estrada do Trigo" e tomaram posição firme no maior movimento de opinião até hoje realizado no Rio Grande do Sul. O empréstimo prometido para a construção do referido ramal não foi, aliás, concedido. Tal era a situação da triticultura nacional no início do ano passado. Enquanto o trigo nacional começava a carunchar nas zonas de produção, os portos do centro e do norte eram atulhados de trigo norte-americano (houve ocasião em que 42 navios norte-americanos estiveram atracados ou fundeados ao largo do porto de Santos). Nada menos de quatro portarias foram baixadas pelo Ministério da Agricultura regulando a venda do trigo, da safra de 1957/58. O Banco do Brasil, em face do prejuízo que tivera em consequência da subs-

tituição, dentro do esquema de abastecimento do mercado nacional, do trigo argentino pelo norte-americano (mais caro), prejuízo superior a 1 bilhão de cruzeiros, recusava-se a adquirir a safra nacional. Em reunião, a Diretoria do Banco chegou a aventar a hipótese de não mais financiar a lavoura de trigo, no que não deixava de ter certa razão, pois seria absurdo continuar o fomento de uma produção condenada a tornar-se excedente.

Parêcia selada, pela segunda vez, a sorte do trigo nacional. O Rio Grande, porém, levantou-se em defesa da principal riqueza de seus campos. Memorável campanha, da qual participaram todas as forças vivas do Estado — produtores, sindicatos operários, entidades estudantis, partidos políticos e imprensa —, teve início. Os delegados eleitos pelo VII Congresso Nacional de Triticultores, realizado em Passo Fundo, conseguiram ganhar para a causa do TRIGO NACIONAL importantes setores na Capital do País. A Confederação Rural Brasileira, a Frente Parlamentar Nacionalista, a União Nacional dos Estudantes, os Sindicatos e o Clube Militar passaram a apoiar nosso movimento. Um memorial, expondo claramente a situação criada com a importação excessiva de trigo, foi entregue ao então General Lott. O Clube Militar patrocinou uma conferência sobre o trigo, de grande repercussão.

Esse movimento, que culminaria com uma greve total no Rio Grande, conseguiu alterar a orientação do Governo Federal. Foram reduzidas, ao mínimo, as importações de trigo; Rio de Janeiro e São Paulo chegaram a ficar com a farinha racionada por mais de quinze dias, mas o trigo nacional foi comprado até o último saco.

O plano sabiamente elaborado pelos "experts" do Commodity Credit Corp., com a anuência dos então diretores do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que tornaria insustentável a situação da triticultura nacional, foi frustrado pela nossa resistência. Assim como o *dumping* do algodão, tentado contra o Egito, contribuiu para o advento de Nasser e a nacionalização do Canal de Suez, o Acordo criou no Rio Grande do Sul a mais intensa consciência nacionalista de todo o País, pois, em sua luta, os triticultores levaram a idéia de independência econômica do Brasil aos mais longínquos rincões da terra gaúcha, criando as bases indispensáveis a uma política firme por parte do atual Governo.

### 3 – Perspectivas da Triticultura Gaúcha

Tentaremos, agora, um esboço da presente situação da lavoura de trigo nacional; vencida a luta contra o Acordo, outros obstáculos surgiram, de natureza vária, alguns aparentemente intransponíveis.

#### O ano catastrófico – 1958

A safra 1958/59 foi praticamente destruída pelas anomalias climáticas verificadas durante o ciclo do trigo e pelas pragas delas decorrentes. A produção comerciável prevista, de 1.000.000 ton., ficou reduzida a m/m 280.000, sendo 50% da quantidade colhida de qualidade inferior, abaixo das normas de comercialização.

Examinando os mapas meteorológicos de 1958, confrontando os índices climáticos desse ano com os de 1956, ano que pode ser considerado normal, ou ainda com os valores normais dos últimos vinte anos e mesmo com os relativos ao período 1912/42, vemos que o clima sofreu total desajuste.

Os dados que a seguir apresentaremos são referentes a Encruzilhada do Sul e nos foram fornecidos pela Estação Experimental desse município. É sabido que os meses de maio, junho e julho, no Rio Grande do Sul, são caracterizados por temperaturas bastante baixas, fortes geadas, registrando-se, em algumas zonas, pequenas nevadas. Encruzilhada do Sul é um dos municípios gaúchos onde com mais intensidade se fazem sentir os rigores do inverno rio-grandense, razão por que os dados que alinhamos a seguir, relativos a esse município, podem ser tomados como base para todo o quadro climático estadual. Semelhantes ou piores (nos municípios mais quentes) devem ter sido as condições climáticas de todos os municípios tritícolas, com exceção de São Borja, Vacaria e algum outro, onde os rendimentos satisfatórios ainda alcançados demonstram melhores condições de clima.

Inicialmente analisaremos as temperaturas médias dos três meses mencionados, em confronto com os de 1956. Em maio tivemos a temperatura média de  $14,8^{\circ}$  contra  $10,1^{\circ}$  naquele ano. Em junho,  $14,1^{\circ}$  contra  $10,1^{\circ}$  e em julho, nada menos de  $16,9^{\circ}$ , contra também  $10,1^{\circ}$  nesse mês daquele ano, acusando uma diferença de  $6,8^{\circ}$ .

Essa temperatura média de quase  $17^{\circ}$  é normal em Encruzilhada nos meses de outubro e novembro, ou seja, em pleno período primaveril. No que se refere às mínimas registradas nos meses em estudo, a situação foi ainda pior. A mínima registrada foi  $1,7^{\circ}$  nos dois meses (maio e junho), sendo a de julho não inferior a  $9,4^{\circ}$ . Em 1956, as mínimas foram:  $-0,2^{\circ}$ ,  $0,0^{\circ}$  e  $0,4^{\circ}$ . A temperatura mínima de julho foi superior à mínima registrada em novembro de 1958 ( $8,8^{\circ}$ ) e quase igual à de dezembro ( $10,0^{\circ}$ ), já em pleno verão. A máxima registrada em julho também foi completamente fora do normal, chegando a  $25,1^{\circ}$ , quase igual à de 1941, a mais alta verificada no período de 1912/42.

As temperaturas anormais não se limitaram aos três meses mencionados. As geadas, que não caíram naqueles meses, vieram em agosto e setembro. Em fins de agosto (29 e 30), registraram-se mínimas de  $-0,3$  e mesmo em setembro o termômetro baixou de 0 ( $-0,1$ ). Não quer isso dizer que o inverno tenha, simplesmente, se atrasado, pois nesses dois meses tive-

mos máximas muito altas, 27,2° e 29,9°, ocasionando limites de afastamento realmente excepcionais (30 graus em setembro). Os índices pluviométricos registrados nos meses do ciclo do trigo demonstram que esse fator também concorreu para o malogro verificado. Assim, no mês de junho, (período ideal para o plantio naquele município) tivemos nada menos de 15 dias de chuvas, com uma precipitação total de 183,1mm, contra 33,7mm em 1956. Em compensação, tivemos uma seca em julho, registrando-se nos primeiros 25 dias desse mês chuvas de somente 18,7mm. Em todos os demais meses do ciclo, registraram-se precipitações altas acima do normal: agosto, 196,6mm; setembro, 185,2mm; outubro, 153,9mm; novembro, 122,8mm; dezembro, 123,7mm; contra 91,6, 100,1, 141,9, 6,3 e 52,0 nesses meses em 1956.

Como se vê, 1958 foi efetivamente um ano desfavorável ao trigo, apresentando um conjunto de fatores negativos jamais registrados naquele município e no Rio Grande em geral.

Examinemos, agora, as conseqüências das anormalidades climáticas em relação ao trigo.

Ao interpretar os efeitos produzidos pelas más condições meteorológicas sobre o trigo, na safra 1958/59, valemo-nos da contribuição de Ivo Osório Mendes, geneticista da Estação Experimental de Encruzilhada, em nossa opinião a maior autoridade em trigo no Brasil.

- 1º - As altas temperaturas verificadas nos meses de inverno, especialmente em julho, determinaram um desenvolvimento excessivo e antecipado da parte vegetativa aérea do trigo, em detrimento das raízes, cujo desenvolvimento ficou atrofiado.
- 2º - O calor hibernal determinou a antecipação do ciclo plantio-espigamento, de 22 dias nos trigos semeados entre 15 e 20 de maio, de 13 dias nos plantados de 1º a 5 de junho e de 7 dias nos do período de 15 a 20 de junho; essa antecipação do desenvolvimento dos trigos plantados em época normal, tornou-os vulneráveis aos ataques de Septoria a que normalmente só estão sujeitos os plantios muito do cedo.
- 3º - As irregularidades climáticas tornaram o trigal predisposto a um ataque de ferrugem de colmo, fato até aqui inédito na região, pelo menos desde 1939, data da instalação da Estação Experimental de Encruzilhada do Sul.
- 4º - O espigamento da maioria dos trigais ocorreu em períodos de afastamento, entre as temperaturas mínimas e máximas, realmente excepcionais (agosto e setembro).
- 5º - As fortes geadas de fins de agosto e setembro atingiram muitos trigais, principalmente os que se achavam muito adiantados em relação aos seus ciclos normais.
- 6º - O excesso de chuvas no mês de junho impediu o plantio nesse período, o melhor na região.
- 7º - A seca verificada em quase todo o mês de julho prejudicou gravemente a germinação dos trigos plantados no início desse mês, devido à insuficiente umidade da terra; nos ensaios de plantio, da Estação Experimental de Encruzilhada do Sul, feitos em julho, verificou-se uma deficiência germinativa da ordem de 30%.

- 8º - A seca de julho ainda foi responsável pelo fenômeno de amarelidão dos trigos plantados em junho, assim como pelos sintomas de "crestamento" nas variedades sensíveis a esse mal.
- 9º - Os índices pluviométricos dos meses de agosto e setembro, bastante acima do normal, devem ter prejudicado a fecundação dos trigos ocorrida nesses meses.
- 10º - Finalmente, devemos mencionar o excesso de chuvas na época da colheita, — durante o mês de novembro e começo de dezembro, o que explica o malogro da safra. Nos 40 dias que deveriam ter constituído o período da colheita, tivemos 18 dias de chuvas, com uma precipitação de 237,5mm. Considerando-se que o dia seguinte ao chuvoso ainda é perdido para a colheita com máquinas automotrizes usadas nas grandes lavouras, pode-se calcular o tempo que sobrou para a colheita.

Julgamos ter demonstrado, pelos dados referidos, que o ano de 1958 foi um ano anormal, completamente fora dos quadros climáticos comuns, não podendo o malogro dessa safra servir de argumento para o abandono do cultivo do cereal-rei em nosso Estado.

### **Obstáculos de ordem financeira**

Tratando-se de lavoura recente, que nasceu e se desenvolveu em pleno período inflacionário, sofrendo as injunções de uma política cambial antiagrícola, é compreensível e justificável que nossa triticultura não tenha ainda uma estrutura econômico-financeira capaz de suportar as conseqüências da perda quase total de uma safra, principalmente quando esse desastre ocorre logo após uma safra já reduzida, como a de 1957/58.

Quando, em novembro, os delegados do VIII Congresso Nacional de Triticultores expuseram aos órgãos do Governo Federal a dramática realidade, foram pleiteadas, junto ao Banco do Brasil, as seguintes providências, consideradas fundamentais para a continuidade da lavoura tritícola:

- a) liberação da safra 1958/59;
- b) liquidação dos débitos em quatro prestações anuais;
- c) novo empréstimo do Banco do Brasil.

Graças ao apoio do atual Governador do Rio Grande do Sul, à total boa vontade dos dirigentes da CREA, à colaboração do Ministro da Agricultura, à urgência inédita com que foi votada na Câmara e no Senado e sancionada pelo Presidente da República, a Lei 3551, essas providências foram tomadas, chegando a bom término a campanha liderada pelo Gen. Geisel, dirigente da entidade máxima dos triticultores — a FECOTRIGO.

Os obstáculos de ordem financeira foram superados, graças à posição patriótica tomada pelo Governo nessa difícil contingência para a triticultura brasileira.

Redimiou-se o Governo Federal de suas posições anteriores, como a do Acordo do Trigo Norte-Americano, francamente antinacionais.

## Obstáculos de ordem econômica

Creemos que a fibra de pioneiros, que caracteriza os triticultores gaúchos, possibilitará a vitória sobre os obstáculos de ordem econômica, que se antepõem à meta da auto-suficiência nacional em trigo. Vimos que uma posição justa do Governo, no setor creditício, possibilitou a recuperação financeira da lavoura tritícola. Vencidos esses obstáculos, teremos pela frente outros, tão ou mais difíceis de transpor quanto aqueles. São os de ordem econômica, fruto da política antiagrária seguida pelo Governo Federal. Dois setores distintos do Governo da União — o fazendário, que regula a política cambial e de abastecimento, que disciplina a política de preços dos gêneros de primeira necessidade, agindo sem coordenação, como se fossem organismos de governos diferentes, executam planos divergentes, até mesmo antagônicos.

Executando o Plano de Estabilização Monetária, o então Ministro da Fazenda, Sr. Lucas Lopes, baixou portaria sobre portaria na SUMOC, elevando o valor do dólar destinado à compra dos meios de produção para a lavoura nacional, do que decorreu inevitável aumento no custo da produção agrícola. Por seu lado, a COFAP, como que desconhecendo a política do Ministro da Fazenda, congelou os preços dos produtos alimentícios oriundos da terra. Ficou assim a agricultura brasileira, ao menos a de gêneros de subsistência e principalmente as lavouras de alto nível técnico, como as de trigo e de arroz no Rio Grande, entre o malho e a bigorna.

Como explicar essa dualidade de orientação no mesmo organismo governamental? É conhecida a origem da política do Sr. Lucas Lopes: certos grupos internacionais têm interesse em paralisar ou ao menos reduzir o ritmo do desenvolvimento nacional. O então Ministro da Fazenda, cedendo à pressão do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional, que não passam de instrumentos daqueles grupos financeiros, imprimiu à sua política uma orientação que coincidia com a recomendada por aqueles grupos. Na atual fase de desenvolvimento, nossa economia necessita principalmente de crédito, quer no setor industrial, quer no agrícola, e, apesar disso, restringe-se o crédito. O desenvolvimento industrial e a transformação técnica de nossa agricultura exigem máquinas e outros bens de produção a preços acessíveis. A política que se tem seguido é a de elevar o valor do dólar para essas importações a taxas proibitivas. Com o aumento do preço das máquinas agrícolas, dos sobressalentes, fertilizantes e inseticidas, que em certas culturas, como o trigo, representam quase 50% do custo da produção, tende a subir, conseqüentemente, o preço dos produtos agrícolas. Ocorrendo a alta dos preços, a providência que se tem tomado é o congelamento.

A agricultura capitalista, que, principalmente no Rio Grande, na produção do trigo, do arroz e do soja, tenta, pela primeira vez na história agrária do País, uma lavoura técnica, 100% mecanizada, com adubação científica, rotação de culturas, irrigação e conservação do solo, também sofre os efeitos da ilusória solução. Se a medida significa mais miséria para o colono, representa desestímulo para o empresário-capitalista, com o conseqüente abandono das culturas, pois as grandes e médias "plantations", que caracterizam a moderna agricultura do Rio Grande são, evidentemente, empresas capitalistas e como tais sujeitas às leis econômicas que regulam, na sociedade em que vivemos, o fluxo e refluxo dos capitais.

O problema dos preços dos produtos agrícolas, o entrechoque dos interesses do campo e das cidades, é uma das principais contradições das sociedades capitalistas. Não serão providências como as apontadas que as poderão resolver. Essas só conseguem estabelecer um círculo vicioso, que tentaremos formular nos seguintes termos:

Os preços dos produtos agrícolas, já gravados pela renda territorial paga aos latifundiários, somando-se à alta dos preços dos bens de produção, decorrente de uma política cambial que não atende aos interesses do País, à ação dos intermediários e à precariedade dos transportes e do armazenamento, tendem a subir. A alta dos preços provoca agitações sociais nos grandes centros, que levam o Governo a interferir, determinando o congelamento. Ora, o congelamento dos preços traz o desestímulo à produção agrícola, bem como a sua diminuição. A escassez, por seu turno, provocando o desaparecimento dos produtos nos mercados, acarreta o aumento dos preços, que constitui novo estímulo à produção, a qual aumenta na base de novos preços muito mais altos do que no início do ciclo ...

Julgamos que mesmo na sociedade capitalista é possível, senão eliminar, ao menos atenuar essa contradição. Se concordamos em que os principais fatores que determinaram a crise em nossas relações de produção-consumo são o monopólio da terra, a pressão externa e a exploração dos intermediários, concluiremos que as medidas aplicáveis, perfeitamente executáveis, mesmo, repetimos, na organização capitalista, seriam estas: reforma agrária, política internacional independente e abastecimento dos centros de consumo pelas Cooperativas de Produção.

Quanto ao trigo, aquilo que a ferrugem, a septoriose e giberela não conseguiram, a liquidação da lavoura de trigo nacional, poderá ser provocado por uma inadequada política cambial e a ilusória solução do congelamento. O que ocorreria de modo radical, com o Acordo do Trigo Norte-Americano, ocorre atualmente, de maneira mais insidiosa, mais sutil. Setenta por cento da produção de trigo nacional é trigo das coxilhas, oriundo das lavouras mecanizadas, empresas de formação capitalista. Nesse sistema, para extinguir determinada atividade econômica, basta torná-la antieconômica. É o que se está fazendo com a lavoura de trigo nacional. Extinta a nossa lavoura, a solução normal seria importar os excedentes norte-americanos ...

## Preço das máquinas agrícolas

O item "amortizações de máquinas" constitui a mais alta incidência na composição do custo da produção do trigo nacional. Nos estudos de custo de produção para a safra 1958/59, essa incidência variou de 25,88%, no Estudo de Custo realizado pela Secretaria da Agricultura, a 29,37% no cálculo do Dr. Nilo Romero. Note-se que os valores tomados pela Secretaria da Agricultura para o cálculo da maquinária de que precisa uma lavoura de 150ha foram os mesmos que serviram de base para o cálculo de custo da safra de 1957/58. Igual orientação notou-se nos cálculos apresentados à IV Conferência Nacional de Triticultores, realizada em agosto do ano passado, em Santo Ângelo. Admitem, assim, os triticultores, que a alta considerável registrada nos últimos dois anos, no preço das máquinas agrícolas, praticamente nenhum reflexo teve sobre o custo de produção do trigo, devido ao pequeno número de máquinas adquiridas nesse

período. Isso é grave, pois vem comprovar a estagnação a que chegou a lavoura tritícola, num país que não produz sequer a metade de seu consumo (de menos de 40kg "per capita"). Tornou-se impossível a aquisição de equipamentos para a instalação de novas lavouras mecanizadas e mesmo a substituição das máquinas obsoletas é quase impraticável.

O quadro seguinte, que apresenta numa coluna o preço das máquinas agrícolas na safra 1957/58, trabalho citado, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, e noutra o valor atual das mesmas máquinas, demonstra o que afirmamos:

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS	VALOR 57/58	ÍNDICE	VALOR ATUAL IND.
1. Trator Diesel 50 HP.	400.000,00		1.000.000,00
2. Colheitadeira ceifatriilha 12 pés corte	600.000,00		1.800.000,00
3. Arado 5 discos .....	100.000,00		190.000,00
4. Grade 48 discos ....	50.000,00		110.000,00
5. Semeadeira-Adubadeira .....	80.000,00		180.000,00
6. Carreta agrícola ...	50.000,00		80.000,00
7. Ferramentas .....	10.000,00		20.000,00
	1.290.000,00	(100)	3.370.000,00 (261)

No cálculo da Secretaria da Agricultura, a rubrica "Amortização de Máquinas" incidiu com Cr\$ 117,57 em cada saco de trigo. Numa lavoura nova, que se formasse atualmente, com os preços atuais das máquinas, essa incidência subiria a Cr\$ 306,80 p/saco, o que corresponderia a 55,8% do preço de venda do trigo na última safra. Duvidamos que, em tais condições, algum agricultor, inicie hoje uma lavoura de trigo. Conseguiu-se, assim, deter a expansão da triticultura nacional, aguardando-se agora, seu desaparecimento, dentro de cinco ou seis anos, quando o atual equipamento das lavouras mecanizadas se tiver transformado em sucata. Começou-se por impedir a importação por intermédio dos órgãos governamentais (Ministério da Agricultura e Secretarias de Agricultura dos Estados), substituindo esse sistema pelo Plano de Mecanização da Agricultura (Decreto nº 40.260) que se revelou absolutamente inócuo. As últimas 515 colheitadeiras automotrizes importadas pelo Ministério da Agricultura, em fins de 1956, que possibilitaram a mecanização da colheita de aproximadamente 150.000ha, custaram, em média Cr\$ 350.000,00 a unidade. A alta constante dos ágios mínimos completou as dificuldades criadas por aquele decreto. Hoje, como já vimos no quadro acima, o preço de uma automotriz Ceifatriilha, de 12 pés de corte, chega a Cr\$ 1.800.000,00.

É a produção nacional de maquinaria agrícola? Em 1960, a Indústria Automobilística produzirá cerca de 200.000 unidades de caminhões, camiões,

netas, jipes e autos de passeio, mas não produzirá tratores. Em folheto por nós publicado, em 1956, e enviado a todos os setores responsáveis do Governo Federal e a todos os deputados e senadores, preconizávamos o estabelecimento de uma indústria nacional de máquinas agrícolas (tratores e automotrizas) capaz de suprir as crescentes necessidades da lavoura técnica em todo o País. A maioria das fábricas de automóveis instaladas no País pertencem a grupos econômicos estrangeiros, que também produzem máquinas agrícolas em grande escala. Propúnhamos, então, a instalação paralela da indústria de tratores, limitando-se a produção de automóveis à de tratores, o que provocaria extraordinário desenvolvimento da lavoura nacional, além de criar um excedente de riqueza capaz de garantir o desenvolvimento da própria indústria de automóveis. Todavia, continuamos a crescer desordenadamente, sem planejamento. A seqüência lógica para o desenvolvimento industrial de um país é esta: siderurgia, eletrificação, máquinas ferramentas, maquinaria agrícola, caminhões de transporte e, finalmente, automóveis de passeio. Vamos importar chapas de aço para fabricação de automóveis. A eletrificação continua a cargo da Light e da Bond & Share. As máquinas ferramentas obsoletas são importadas pela Instrução 113. A exportação dos lucros e dos "royalties" de "nossa indústria automobilística" tornará cada vez mais difícil a importação de tratores, que continuarão a não ser produzidos no País.

Parece-nos que o normal e lógico seria produzir, inicialmente, tratores, que criam a riqueza, depois os caminhões, que transportam essa riqueza e, finalmente, poderíamos nos dar ao luxo de produzir automóveis, que consomem a citada riqueza.

### **Adubos — artigo de luxo**

A incidência do item "Fertilizantes" no custo da produção de trigo é das mais altas. No cálculo da Secretaria da Agricultura atinge 11,6%. A lavoura de trigo é a grande consumidora de adubos no País. No consumo nacional, de aproximadamente 600.000 toneladas, em 1958, cerca de 150.000 foram aplicadas nas lavouras de trigo. Com apenas 5% da área semeada do País, o trigo consome m/m 25% dos fertilizantes utilizados. Com uma aplicação média de quase 150kg p/hectare contra 20kg p/hectare utilizados em média nas culturas restantes, o trigo revela sua característica de lavoura técnica, dentro do primitivismo da agricultura brasileira. Daí ser a triticultura o setor da nossa economia que mais sofre as conseqüências das últimas portarias da SUMOC. O dólar para adubo era fixado em Cr\$ 32,50, até 10/6/58. As portarias 158 e 166 elevaram esse valor para Cr\$ 51,18 e 80,00, respectivamente, com nova alteração, em dezembro passado (Portaria 175), para Cr\$ 100,00. O superfosfato triplo granulado, o adubo mais usado na lavoura de trigo, custou para os agricultores gaúchos, na última safra, Cr\$ 5.470,00 a tonelada. Hoje o seu preço varia entre 12 e 15.000 cruzeiros. O custo de um saco de trigo da safra atual será acrescido em mais de Cr\$ 50,00 (10%) por essas modificações da SUMOC.

Na suposição de que o adubo passou a ser artigo de luxo, a última modificação do Imposto de Consumo resolveu taxá-lo. Temos, assim, mais um contra-senso em nossa legislação fiscal, um bem de produção pagando imposto de consumo ... Lembremos, a esse respeito, o artigo da Lei de Tarifas que deveria estabelecer isenção para a "Importação de Fertilizantes".

tes, inseticidas e sementes", mas, por lapso de uma datilógrafa da Câmara, ficou assim redigido "Importação de fertilizantes, inseticidas e semelhantes" ... As sementes estão sendo, pois, importadas na categoria especial, pagando mais um "ad-valorem" de 60%, e ainda Cr\$ 18,00 por quilo, o que acarretará, entre outras conseqüências, o desaparecimento de um prato tradicional da cozinha brasileira -- o bife com batatas fritas, dada a impossibilidade de importar semente de batatas inglesas, sem as quais desaparecerá a cultura do conhecido tubérculo ...

Quanto à indústria nacional de adubos, os triticultores acompanham com o mais vivo interesse dois empreendimentos nesse sentido: um, da Petrobras, outro, da Fosforita de Olinda. Por ocasião do VIII Congresso Nacional de Triticultores foi chamado ao debate um enviado da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Petrobras, o qual relatou as dificuldades da fábrica em resolver o problema da embalagem para o "Nitrocal", produto altamente hidros cópico. Resolvido esse problema, não mais será necessária a importação de salitre do Chile, sulfato de amônio e outros adubos nitrogenados, pois poderão os triticultores brasileiros, comprar diretamente da Petrobras, que há muito vem sendo a inspiradora dos "poetas do trigo" em sua luta contra a pressão externa e pela emancipação econômica do País.

No que se refere ao Fosfato de Olinda, já está sendo empregado em escala razoável nas lavouras de trigo. Só não é maior o seu consumo, por tratar-se de adubo não solúvel em água, de ação lenta, não muito adequado a uma cultura de ciclo curto como é a do trigo. Acha-se, também, em andamento, no Estado de Pernambuco, a instalação de uma fábrica de superfosfato triplo granulado, que transformará a rocha fosfatada de Olinda em adubo solúvel, próprio, portanto, às necessidades do trigo.

Enquanto isso não acontecer, é necessário seja concedido ágio especial para que as Cooperativas Tritícolas, por intermédio de sua Federação, a FECOTRIGO, importem diretamente as quantidades necessárias ao consumo das lavouras de trigo. Já vimos as conseqüências da política do Ministério da Fazenda no que se refere à maquinaria agrícola: como os fertilizantes a situação é a mesma. Mantida essa política, o trigo não tardará a desaparecer das coxilhas do Rio Grande.

## Combustíveis para a lavoura

Vejamos a evolução dos preços dos combustíveis líquidos no Rio Grande do Sul, nos últimos anos:

PRODUTO	1956	1959	AUMENTO %
Gasolina .....	4,00	9,60	136
Querosene .....	2,48	8,98	262
Óleo Diesel .....	1,35	6,45	377

Parece-nos difícil de entender o critério adotado pelo Conselho Nacional do Petróleo ao instituir o imposto único sobre os combustíveis. Havia justa proporção entre os preços dos diferentes combustíveis. O óleo diesel, base da tração agrícola, do transporte pesado e da produção de eletricidade, era muito mais barato que a gasolina, aplicada principalmente no transporte-passeio. Por que onerar a produção e o transporte e fomentar o turismo?

Não entendendo a sutileza daquele diploma legal, os produtores conseguiram que deputados ligados à lavoura incluíssem no projeto original, uma emenda que isentasse do imposto único, os combustíveis destinados à lavoura. A agricultura receberia, assim, combustível barato, a exemplo do que ocorre no Uruguai e outros países. A Câmara e o Senado aprovaram a emenda, o Presidente da República sancionou a Lei na íntegra, o Conselho Nacional do Petróleo, após muitas delongas, regulamentou-a (a regulamentação, aliás, está muito bem feita, sem muita burocracia e eliminando praticamente a possibilidade de fraude). Essa lei, no entanto, está, há cerca de três anos, engavetada no Ministério da Fazenda, embora seja desnecessário salientar sua importância para a produção agrícola do País.

## Outros obstáculos à triticultura

Poderíamos continuar analisando, um por um, diversos outros fatores que estão tornando antieconômica a lavoura de trigo, resultantes todos da política cambial e tributária que tem sido adotada nos últimos anos. Teríamos que focalizar o preço dos inseticidas, hoje tão caros; antes de aplicá-los deveríamos calcular qual o prejuízo maior, se o ocasionado pelas pragas ou pelo seu combate.

Poderíamos falar sobre os preços das peças de reposição, algumas mais caras hoje do que as próprias máquinas de que fazem parte, adquiridas a quatro ou cinco anos atrás. Um virabrequim, uma bomba injetora ou um jogo de pneus são exemplos do que afirmamos.

## A meta da auto-suficiência

Tentamos, dentro das limitações de tempo a que estamos sujeitos, descrever a situação atual da triticultura brasileira. Vimos que, em consequência de uma política cambial e tributária errônea, antinacional mesmo, se conseguiu deter a evolução, não só da lavoura de trigo, mas de toda a lavoura técnica do País. A continuar essa orientação, toda atividade agrícola que depende de tratores, de fertilizantes, de combustíveis, estará condenada a desaparecer. Voltaremos ao tempo do cabo da enxada e da rabiça do arado.

Os triticultores gaúchos tinham assumido com eles mesmos o compromisso de tornar o Brasil auto-suficiente em matéria de trigo. Não a auto-suficiência relativa, na base do consumo atual, de menos de 40kg "per capita", um dos mais baixos do mundo, mas uma auto-suficiência efetiva, que proporcionasse 120 a 150kg de trigo a cada brasileiro. Esse propósito nada tinha de utópico. Não se sextuplicou, em dez anos, a produção de 1946? Por que não seria possível produzir sete ou oito milhões de toneladas daqui a dez anos?

A meta da auto-suficiência parece, no entanto, irremediavelmente afastada, inatingível mesmo. Continuaremos condenados a importar o trigo colhido em outras plagas? Apesar de tudo, cremos que não, pois a disposição dos triticultores gaúchos permanece a mesma, e apesar do malogro das duas últimas safras, acham-se decididos a empreender nova campanha, mais firme, mais bem organizada que a do Acordo do Trigo Norte-Americano, persuadindo o Governo a seguir outra orientação e a adotar soluções nacionalistas que permitam ao povo brasileiro comer pão brasileiro.

Contam como apoio do que existe de melhor no País — a classe trabalhadora, os estudantes, os militares e todos os demais setores nacionalistas. Contam também com o apoio do ISEB, verdadeira Escola de Nacionalismo e de Desenvolvimento. Por isso, estamos convictos de que o trigo não desaparecerá das coxilhas do Rio Grande do Sul.

## Debates

**Pessoa do auditório** — Se deixarmos de importar trigo argentino, não perdemos o mercado para nossos produtos de exportação?

**Conferencista** — Nosso principal produto de exportação para a Argentina é o pinho. Não podemos pensar em termos de troca de um produto que leva cem anos para produzir, que é o pinheiro, por um produto que podemos produzir em cinco ou seis meses. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina estão sofrendo uma verdadeira devastação. Não existem mais pinheiros, praticamente. Dentro de mais dez anos, a madeira será produto que não poderá ser utilizado em construções, será artigo de luxo. Acredito que não é tático trocarmos um produto que se produz em cinco meses por outro que está sendo objeto de verdadeira dilapidação no próprio patrimônio nacional, como é o pinheiro.

De resto, exportamos bananas em troca de maçãs. Hoje importamos ferro e aço, que exportávamos em pequenas quantidades. Logo, não há muito com que comerciar.

**Pessoa do auditório** — V.S.<sup>a</sup> há de concordar comigo. A Argentina não é um potencial.

**Conferencista** — Apresenta um ritmo de industrialização bastante acentuado, quase equivalente ao nosso. As mesmas empresas que estão montando fábricas aqui, também estão montando filiais no país vizinho.

Todavia, a atual crise que atravessa a Argentina é de tal ordem que os turistas atualmente vão a esse país mais para fazer compras baratas; o turismo é pretexto. Ocorre a desvalorização quase total do peso, do que hoje corresponde à centésima parte de um dólar. De modo que o nosso cruzeiro está valendo muito lá, tão desfavorável é a situação daquele país, criada por essa política, que os Srs. conhecem melhor do que eu, de quase total alienação nacional, conduzida pelo Presidente Frondizi.

**Pessoa do auditório** — V.S.<sup>a</sup> não acha que há também um aspecto político, no melhor sentido da palavra, que é o de não prejudicar o nosso intercâmbio comercial com a Argentina?

**Conferencista** — Não há dúvida de que o ideal latino-americano é o intercâmbio comercial. É uma aspiração fundamental de todos os nossos povos. Mas achamos que um país que não produz aço, não colhe trigo e não produz petróleo, não merece o nome de nação independente. Quero insistir nesse ponto.

**Pessoa do auditório** — O Sr. falou em termos de trigo gaúcho, gostaria de saber qual a situação do trigo e de sua possibilidade nas demais unidades da federação.

**Conferencista** — Nós já produzimos bastante trigo, cerca de 15% da produção, em Santa Catarina e no Paraná. Em São Paulo, também está sendo produzido em boas condições. São culturas experimentais, mas com rendimentos bastante satisfatórios e que acreditamos irão contribuir decisivamente para resolver o nosso problema. Minas Gerais tem ótimas condições também. E outros Estados, como Goiás, tenho certeza que poderão contribuir de maneira apreciável para a produção do trigo.

O Rio Grande do Sul é o pioneiro, ocupa essa posição de liderança. Será motivo de grande satisfação para nós vermos outros Estados partici-

parem da produção do trigo, porque então teremos grandes aliados, será mais fácil a nossa política.

**Pessoa do auditório** - Gostaria que o Sr. informasse a respeito de adubos, se hoje importamos todo o adubo que consumimos, se já temos alguma produção e quais as perspectivas.

**Conferencista** - Abordei o problema no texto da palestra, mas com a premência do tempo, tive que passar por alto. Há dois setores nacionais iniciando a solução do problema dos fertilizantes. Ambos merecem toda a nossa simpatia, um deles principalmente, em se tratando da Petrobras. A fábrica de Cubatão já está produzindo adubos nitrogenados, um dos três elementos fundamentais para a agricultura, fósforo, potássio e nitrogênio. A produção de nitrogenados da Petrobras já está bastante adiantada.

O VIII Congresso Nacional de Triticultores, realizado em fins do ano passado, em Porto Alegre, contou com a participação de um representante da Petrobras, especialmente convidado. Chamado ao debate, fez um relato da situação. Já está sendo aplicado, ao redor de São Paulo, em escala bastante grande, o nitrocal, produto que a Petrobras está fabricando. É um produto altamente hidrocópio, que facilmente absorve a umidade do ar. O grande problema que estão enfrentando (informação desse representante), é o da embalagem que pudesse conservar o produto para aplicação em locais mais distantes, como seria o Rio Grande do Sul.

O elemento mais importante na adubação do trigo é o fósforo. A Fosforita de Olinda já está produzindo, em grande quantidade, o fosfato de Olinda, que é uma rocha fosfatada (natural) moída, com apreciável teor - 28/32% de P205. Infelizmente, em consequência de sua não solubilidade em água, a fosforita não é totalmente aplicável em cultura de ciclo curto como o trigo. Só é possível seu aproveitamento em mistura com superfosfato triplo (ainda importado), que é totalmente solúvel. Isso está sendo feito, em escala crescente. Na lavoura de arroz, já é perfeitamente aconselhável o uso de fosforita. Da mesma maneira, na adubação de pastagens.

Li, há dias, uma notícia de que o Governador Cid Sampaio se não me engano na Tcheco-Eslováquia, ultimou a compra de uma fábrica para beneficiar o fosfato de Olinda, transformando-o em superfosfato granulado -- adubo solúvel e, portanto, cem por cento adequado ao plantio do trigo. São duas iniciativas que acredito virão solucionar o problema do trigo. Enquanto isso, continuamos dependendo de importação. Nesse setor é que está a nossa divergência com o Governo, que, praticamente, trata o adubo como se fosse artigo de luxo. A última reforma do imposto de consumo, de 15 de março deste ano, taxou o adubo como bem de consumo. Não é bem de consumo, é bem de produção. É inacreditável, mas ocorre, o adubo está pagando imposto de consumo.

**Pessoa do auditório** - Sobre o acordo do trigo com os Estados Unidos, qual a situação atual?

**Conferencista** - O acordo ainda estará em vigor por mais de um ano, mas perdeu a característica de ameaça premente, porque foram reduzidas as quotas de importação da Argentina e do Uruguai, e mesmo este ano não houve o problema do excedente.

**Pessoa do auditório** - Qual a razão dessa atitude do Governo em relação ao problema do trigo, ora defendendo esse produto, ora não?

**Conferencista** — Entendemos que existe uma contradição fundamental dentro do próprio Governo. O problema do trigo depende de muitos setores, de diversos Ministérios inclusive. Alguns setores tomam medidas nacionalistas positivas, enquanto outros não. Temos restrições, no Governo Federal, unicamente contra dois setores, o Ministério da Fazenda e o Itamarati e também contra o BNDE que não é propriamente órgão do Governo, mas um organismo estatal. Temos a elogiar, positivamente, a política da própria Presidência da República, que muito nos tem apoiado, a do Ministério da Agricultura e a do Banco do Brasil. O Banco do Brasil, então, tem sido incansável, inclusive nessa conjuntura catastrófica, que foi a safra de 58.

**Pessoa do auditório** — Quais são as perspectivas da safra de 59?

**Conferencista** — Apesar do malogro verificado, as deserções foram mínimas. Há uma pequena redução de áreas, acredito que de 10 a 15%, mas que uma produção-ano normal poderá recuperar com vantagens essa diminuição. Existe, não há dúvida, como em toda atividade capitalista, uma certa dose de aventureirismo. Esses elementos improvisados porém já foram eliminados, o que não deixa de ser algo positivo. Os que ficaram são elementos mais sólidos. Há possibilidade, numa safra normal, de colhermos um milhão ou um milhão e duzentas mil toneladas, o que corresponderia praticamente à metade do consumo nacional. A perspectiva é boa.

**Pessoa do auditório** — Há possibilidade de empresas de capital nacional poderem realizar a tarefa de moagem, nos moinhos que estão sendo feitos no Brasil?

**Conferencista** — Não há dúvida. O parque moageiro nacional é uma coisa paradoxal. Esse parque, cuja capacidade de trabalho é da ordem de 5,5 milhões de toneladas, está trabalhando com pouco mais da terça parte de sua capacidade. Atualmente, portanto, os moinhos nacionais já teriam condições de moer todo o trigo nacional. A metade desse parque é constituída pela Bunge & Born. A indústria nacional apresenta, hoje, os moinhos mais modernos, enquanto os moinhos do truste, que há muitos anos não são aperfeiçoados, tornaram-se obsoletos.

**Pessoa do auditório** — Tenho impressão, pelo que o Sr. disse, que o plantio do trigo é feito por gente que não tem muitos meios de manipulação monetária. Seria favorável o sistema de cooperativas?

**Conferencista** — Sua pergunta foi muito adequada, porque me dá oportunidade para abordar um aspecto que consideramos de fundamental importância e do qual não foi possível tratar aqui. Estamos com 42 cooperativas de trigo fundadas no Rio Grande do Sul. Trata-se, aliás, de um grande plano do Governo Federal. Os Srs. já devem ter ouvido falar na COTRIN — Comissão de Organização da Triticicultura Nacional — órgão subordinado ao Ministério da Agricultura. A COTRIN está encarregada da construção de silos e armazéns. Atualmente já estão prontos ou em via de conclusão, armazéns e silos para mais de 400 mil toneladas de trigo no Rio Grande do Sul. Pelo menos essa parte de armazenamento já está sendo encarada a sério, pela primeira vez, porque desde o tempo do Império se fala em silos, mas nunca tinha sido construído um. Assim, já estamos com capacidade para quase a metade de uma safra normal.

Estes silos estão sendo entregues pelo Governo Federal, em convênio, às cooperativas, com prazo de venda de até 20 anos, juros de 2% ao ano. Isso dá grande impulso ao movimento das cooperativas. Tenho a impres-

são de que, na próxima colheita, mais ou menos 60 a 70% da produção nacional de trigo estarão na mão das cooperativas. Isso eliminará o intermediário, o trigo papel e a exploração pelos próprios moinhos. Considero isso de fundamental importância. Estamos, inclusive, com grande parte das cooperativas de trigo organizadas, já funcionando.

Desde 54 que os triticultores lutam pelo monopólio estatal do trigo. Esse monopólio já existe, em parte, porque as compras são feitas por intermédio do Banco do Brasil. Não é uma compra física, mas os documentos, os valores já são manuseados pelo Banco do Brasil. Com o sistema de cooperativas, que será a organização básica da classe, e que já está funcionando em boas condições (sou um diretor de cooperativa que já conta 750 associados), estamos providenciando para que a importação de adubos e até a importação de máquinas sejam feitas pelos órgãos de classe, para evitar intermediação.

**Pessoa do auditório** — O Sr. poderia falar sobre o problema do trigo papel?

**Conferencista** — O trigo papel constitui, indiscutivelmente, o capítulo negro da triticultura nacional. Dados nossos, das cooperativas, indicam que chegou a haver, na safra de 57, principalmente, uma falsificação de cerca de 100 a 150 mil toneladas de trigo. Há uma dualidade de preços entre o trigo nacional e o estrangeiro. Exatamente por ser subvencionado, o trigo estrangeiro, na origem e aqui, custa mais barato ao nosso Governo. Valendo-se dessa dualidade de preço, anualmente regulado por uma portaria ministerial, o fraudador sempre acha um meio para se locupletar com determinada margem de lucro, criando trigo, que na realidade não é mais do que nota de trigo, daí a denominação de trigo papel, para se beneficiar daquela diferença de preço.

Essa fraude só poderá desaparecer com o monopólio estatal puro e simples da compra do trigo. Esse monopólio, até agora, parecia impraticável, porque de fato seria difícil ao Governo comprar trigo de 130 mil produtores; precisaria de um quadro funcional numerosíssimo. Mas agora, com uma cooperativa de trigo em cada município produtor, já se torna bastante mais fácil. Com representantes do Banco do Brasil e dos moinhos, a transação seria feita dentro das próprias cooperativas.